



A ameaça da pirataria

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA*,
DECIO ZYLBERSZTAJN**
e ÉRICA GORGA***

As transformações experimentadas pela indústria de sementes favoreceram a inovação e as pesquisas sobre novas variedades, o que contribuiu para aumentar a produtividade agrícola no cultivo de grãos. Concomitantemente, entretanto, se verificou a expansão considerável da pirataria, ou seja, da reprodução de sementes legalmente protegidas, sem a autorização dos melhoristas e com infração aos direitos de propriedade intelectual para fins de comercialização ilegal.

Um dos motivos da expansão da pirataria é a incapacidade dos agentes públicos e privados de garantir os direitos de propriedade intelectual previstos na legislação. O crescente mercado de sementes "informais" provoca deterioração no ambiente de negócios, visto que reduz a capacidade de investimento e competição das empresas legalizadas e os incentivos para a pesquisa de variedades.

A guarda de parte dos grãos produzidos para uso como semente pelo próprio agricultor é tecnicamente possível nos casos de variedades não obtidas por meio de linhagens híbridas, sendo permitida pela legislação. Mas essa prática pode afetar negativamente a germinação, uniformidade de crescimento e produtividade das culturas. Outro risco é a disseminação de doenças, em razão da inexistência de garantias de qualidade.

Uma das culturas mais afetadas pela pirataria foi a da soja. A Associ-

ação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM) estima a quantidade necessária de sementes para a área plantada em grãos e compara esse número à quantidade vendida pelas empresas de sementes. Observa-se uma tendência de redução da participação das sementes originais, que passaram de 85% na safra 2001/2002 para 57% na safra 2003/2004.

A nossa pesquisa adota abordagem baseada na análise dos aspectos formais (sistema legal e judiciário) e culturais dos arranjos privados entre os agentes (contratos), e dos mecanismos de solução de conflitos. Visa assim obter análise mais

cedentes que eventualmente são vendidos em transações informais.

A capacidade de aplicação da lei se apresenta limitada, devido à carência de recursos materiais e humanos do Ministério da Agricultura para a fiscalização. Também o desconhecimento dos efeitos danosos que ocorrem em diversos setores econômicos pode favorecer a entrada dos agentes no mercado informal. São relevantes os efeitos relacionados à sanidade e os impactos nas estratégias das organizações, redutores da competitividade.

No âmbito dos arranjos privados, é necessário considerar que as

transações de compra e venda de sementes envolvem o preço, atributos de qualidade e o aporte de garantias. O preço e as condições de pagamento são os motivos básicos para o

uso de produtos informais, sendo particularmente relevante para compradores que utilizam o bem como insumo de produção para competir em mercados de commodities, como a soja. O preço da semente informal é, obviamente, inferior ao da semente legal, o que atrai compradores.

Entretanto, além dos preços estão os atributos de difícil observação associados à qualidade, como as taxas de germinação, pureza, vigor, produtividade e sanidade. Espera-se que as condições de produção das sementes originais previstas na legislação favoreçam a obtenção de níveis eleva-

Demanda potencial e efetiva de sementes originais de soja no Brasil

Safra	Área plantada em grãos (ha)	Demanda de sementes		Taxa de utilização de sementes originais
		Potencial (t)	Efetiva (t)	
2000/2001	12.449.044	873.078	650.888	75,0%
2001/2002	11.696.000	702.000	596.000	85,0%
2002/2003	37.068.600	2.224.876	1.891.144	85,0%
2003/2004	21.243.700	1.279.164	831.456	65,0%
2004/2005	23.103.900	1.386.234	790.153	57,0%

Fonte: ABRASEM, 2005

completa da realidade, considerando os diversos aspectos que moldam cada transação.

No plano institucional, se verifica que, apesar dos avanços obtidos, existem deficiências na legislação e na sua aplicação prática. Ao permitir a exceção de uso próprio pelo agricultor sem estabelecer limites de volume, a Lei de Proteção de Cultivares incentiva o surgimento do mercado informal. Produtores com alta tecnologia, situados em localidades com condições favoráveis de altitude e clima, são capazes de produzir sementes para uso próprio e também obter ex-

dos nesse conjunto de atributos, que justifiquem os preços cobrados pelas empresas de sementes e motivem o agricultor a utilizar sementes legais.

A legislação obriga as empresas fornecedoras de sementes a oferecerem garantias somente em relação a níveis mínimos de germinação e pureza. A falta de garantias para os outros atributos é uma das razões para a adoção de sementes próprias ou informais, conforme depoimentos de agricultores, coletados durante o estudo. Muitas vezes, o agricultor confia mais nas sementes próprias ou nas do vizinho do que nas sementes certificadas. Nesse caso, a reputação do produtor das sementes parece ser mais valorizada do que as garantias previstas na legislação. Existem casos de conflitos decorrentes de falhas na qualidade das sementes certificadas e da falta de cumprimento da garantia pelos fornecedores.

Outra forma de conflitos é o desrespeito à propriedade intelectual, ocorrido no desvio de material genético por multiplicadores, multiplicação não autorizada de sementes originais e venda informal por agentes como cooperativas, armazenadores e agricultores. Os mecanismos de solução desses conflitos podem ser privados ou públicos. Os mecanismos privados são a negociação e o rompimento das relações comerciais quando não existe acordo. Os mecanismos públicos se apoiam no uso do judiciário.

INDENIZAÇÃO

O uso do judiciário contra a pirataria no suprimento de sementes, aparentemente, começou somente em 2004, quando empresas de semente iniciaram ações para obter indenizações e coibir a comercialização das suas variedades. As ações estão em estágio inicial, mas têm produzido resultados positivos para os autores, visto que os réus parecem aceitar acordos que envolvem indenizações e ações de publicidade contra a pirataria de sementes, conforme o relatado por advogados que lidam com a matéria. Essas ações são apoiadas pela Associação Brasileira de Obtenedores Vegetais (BRASPOV), que tem interesse na sua divulgação.

Segundo informações de advogados, as empresas que tiveram suas sementes pirateadas ainda não apresentaram queixa-crime para dar início à ação penal, a qual, nesse caso, é de iniciativa privada. Entretanto, uma análise da Lei de Proteção de Cultivares (Artigo 37) demonstra que não houve disciplina adequada da norma penal, posto que não há definição do crime de violação dos direitos do melhorista, nem atribuição de pena, tal como ocorre com os crimes previstos na Lei de Propriedade Industrial. Esse ponto, indubitavelmente, é mais uma das falhas da lei, que acaba dificultando a aplicação de sanções, as quais poderão se limitar somente à esfera administrativa. Segundo advogados, aparentemente, também não há registro de processos administrativos e penalidades aplicadas aos infratores da proteção aos cultivares.

As empresas de sementes aguardam o julgamento das ações cíveis que pleiteiam indenização pelos danos sofridos. A decisão dos juízes e dos tribunais é fundamental para inibir o crescimento do mercado informal, garantir o direito à propriedade intelectual, punir as práticas ilícitas e assegurar a viabilidade econômica

das ações públicas e privadas de melhoramento de sementes e de seus benefícios para o desenvolvimento da agricultura nacional.

O problema extrapola as fronteiras do Brasil. É sério nos EUA, onde as empresas assinam contratos com os agricultores que se comprometem a não guardar sementes para safras futuras, e muito sério na Argentina, onde o mercado formal de sementes de soja foi drasticamente afetado. Soluções para o problema demandam ações conjuntas do setor privado e público, ainda a serem devidamente desenhadas. ■

* Doutorando em Administração da FEA/USP e Pesquisador do projeto Contrato e Instituições nos Agronegócios.

** Professor Titular do Departamento de Administração da FEA/USP e Coordenador do Projeto.

*** Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP, Pesquisadora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e Pesquisadora do projeto.

Os autores atualmente conduzem um estudo na Universidade de São Paulo, financiado pela Fundação Tinker dos Estados Unidos, para identificar os determinantes e as soluções para o problema da pirataria na indústria brasileira de sementes.

Indústria de sementes: três grandes transformações desde os anos 90

1 Aprimoramento institucional para disciplinar e proteger o direito de propriedade intelectual e a qualidade das sementes melhoradas.

• *Lei de Proteção de Cultivares*: protege a propriedade intelectual dos melhoristas, com os certificados de proteção de novos cultivares.

• *Lei de Sementes*: institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, disciplinando a produção, certificação e comercialização de sementes de variedades registradas.

• *Lei de Biossegurança*: regula a pesquisa, produção e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM), criando o Conselho Nacional de Biossegurança.

2 Com o aumento da participação das empresas multinacionais na indústria de sementes, veio o avanço da biotecnologia, que propiciou o desenvolvimento de cultivares nos centros de pesquisa internacionais e motivou a busca por oportunidades de negócios no Brasil.

3 Adoção de licenciamento de materiais genéticos propiciados pela legislação de propriedade intelectual. Em particular, o crescimento das relações entre instituições públicas de pesquisa e empresas privadas, com destaque para a EMBRAPA, que estabeleceu parcerias com instituições de pesquisa estaduais, empresas multinacionais e fundações privadas para o desenvolvimento de novas variedades.